

De Cila a Caribdes...

ou a ameaça de novos processos disciplinares

Um problema preocupa os Estudantes de Coimbra neste momento :

- Em que se manifesta e o que pode significar a "serena linha de apaziguamento" reclamada pela última nota oficiosa do Ministério da Educação Nacional ?
- Qual vai ser a resposta do Governo à diligência da Direcção-Geral de A.A.C. no sentido da normalização da vida académica ?

Sabem os Estudantes de Coimbra, desde a subida ao poder do Prof. Marcelo Caetano, ser intenção do actual Governo, não só a instauração de "um clima de paz entre todos os portugueses", como também implantar no solo pátrio um ambiente de diálogo salvaguardado com o regresso à legalidade prescrita nas Leis do País.

Mas sabem também os Estudantes de Coimbra - e de um modo consciente - que as causas dos actuais acontecimentos demonstram, de forma inequívoca, o stropalo governamental das próprias leis do regime e dos princípios consignados nos discursos governamentais. Com efeito, na origem imediata da presente crise, encontra-se não só a recusa do diálogo proposto pelos Estudantes (um paradoxal contradição com os propósitos declarados dos governantes), como também - e como meio de solucionar problemas - a aplicação do critério ditatorial do uso da força e da ilegalidade, criando-se assim condições que acabarem por conduzir a uma inevitável confrontação de interesses, segundo a expressão usada pelo Presidente do Conselho na última "conversa em família"...

Estava assim sobajamente justificada a ansiedade com que foram ouvidas as palavras do Prof. Marcelo Caetano. E foi penoso, muito penoso, sobretudo para os Estudantes, ouvir do Presidente do Conselho um diagnóstico tão tendencioso da actual crise estudantil, mundial e portuguesa. Tinha-nos habituado o Prof. Marcelo Caetano, quer em discursos quer em obras publicadas, ao uso de critérios de análise sociológica que, se muitas vezes conduziram a resultados discutíveis, jáncis se compadeceram com intenções e facilidades demagógicas. Assim, perante uma Nação inteira, e para uma opinião pública que ele próprio diz querer ignita, chamar às reivindicações estudantis uma questão de "moda" é afirmação não só de uma superficialidade estranha num professor de Ciências Sociais, como também sofisma pouco próprio de um político que se quer escrupuloso...

Se "as deficiências do ensino existem", e se os Estudantes se propõem - através da sua participação nos órgãos do Governo da Universidade, colaborar na sua resolução, onde se encontra então o problema, sr. Presidente do Conselho ?

O problema está unicamente na recusa do diálogo por parte das autoridades; está no escamotamento da opinião estudantil através do monopólio governamental dos órgãos de informação; está na exclusão dos Estudantes do governo da Universidade !

Não é a contestação que dificulta o diálogo !

É A RECUSA DO DIÁLOGO QUE PODE GERAR A CONTESTAÇÃO !

Mes CONTESTAÇÃO, entende-se no caso presente, des condições que impossibilitem o diálogo, e não a "contestação violenta" insinuada pelas declarações do Presidente do Conselho! CONTESTAÇÃO, sim, de uma estrutura universitária monolítica que exclui a pluralidade de opiniões! CONTESTAÇÃO do silêncio sobre os anacronismos do nosso Ensino! CONTESTAÇÃO de uma Informação Oficial unilateral e tendenciosa! CONTESTAÇÃO do recurso à repressão violenta como resposta à oferta de diálogo por parte dos Estudantes !

Ora, se é objectivo fundamental do Movimento Estudantil Português a criação de uma Universidade Nova que possa servir, putantias e integralmente, os interesses da Nação Portuguesa, também nós perguntamos, sr. Presidente do Conselho, "se algum governo português consciente e responsável " pode estar em desacordo connosco.

Nossa medida, sendo objectivos comuns ao Movimento Estudantil e a qualquer Governo

De Cila o Caribdes...

a prossecução dos reais interesses do povo português, jamais poderia haver confrontação - entre as autoridades e os estudantes - à volta desses interesses!

A única confrontação que subsiste neste momento é entre os interesses da Academia que, há mais de dois meses, luta pela reparação a que tem direito, e os de um governo que não elhe a meios para salvasguardar a autoridade dos que a si próprios SE DESAUTORIZAM

Não descontinuem, portanto, motivos para que não haja uma retratação mediata por parte dos responsáveis pela actual situação, quando o próprio chefe de governo reconhece que os estudantes de "boa fé e recta intenção que são a maioria (no caso de Coimbra, S. Ex.^a deve referir-se às altas percentagens de abstenção a exames...) facilmente verificaram (como verificamos!) não estarmos em tempo adequado a movimentos cuja natureza dificulta a preparação dos futuros dirigentes e educadores do País".

Confirma o que afirmamos as determinações da última Assembleia Magna, onde se propôs mais uma vez o regresso à normalidade da vida estudantil, assim como se exigem exames para todos os estudantes em condições do maior aproveitamento escolar possível (cancelamento de todos os processos e época plena em Outubro).

Por tudo isto nos espanta que o levantamento das suspensões se fizesse acompanhar da sua conversão em processo disciplinar, medida esta extensiva a um número indeteminado de estudantes que, segundo a Nota Oficial de 15 de Junho, "se destacaram nos acontecimentos ocorridos no período compreendido entre o dia 17 de Abril e o dia 6 de Maio último".

Desde já convidamos o Governo a ponderar bem o alcance das suas atitudes:

Ninguém é passível de sanções sendo os responsáveis pela anormalidade da vida universitária. E essas são os que fecharam a porta ao diálogo, são os que ilegalmente aplicaram a suspensão dos direitos académicos a 8 dirigentes estudantis; são os que violaram a Autonomia Universitária colaborando com a actuação das forças repressivas; são os que ignoraram ostensivamente os regulamentos internos das Faculdades, cometendo as mais flagrantes irregularidades administrativas para facultar algumas dezenas de estudantes o "prémio merecido" pela sua traição à causa estudantil;

- não é uma Academia inteira que em, sucessivas Assembleias Magnas, votou o luto académico e os meios adequados para a sua efectivação; - não são 151 membros do corpo docente que activamente se solidarizaram com a luta dos estudantes.

Desses "acontecimentos, decorridos entre 17 de Abril e 6 de Maio últimos" tomamos todos responsabilidade colectiva, e denunciámos qualquer medida que tenda a responsabilizar individualmente os colegas ou professores que, nesse período, foram "identificados" pelos agentes da repressão.

Pelo que respeita à Faculdade de Letras, a maior parte das acusações de que fomos vítimas incidem sobre factos ocorridos sobre a expresso consentimento das Autoridades:

- Desde o dia 23 de Abril que foi autorizada a realização de Assembleias Permanentes no Teatro da Faculdade, com participação activa de membros do corpo docente;

- Desde a mesma data que foram concedidos anfiteatros e salas de aulas para reuniões de estudantes e professores destinadas à discussão de problemas universitários!

- Professores houve, como o dr. Gustavo de Fraga, que acceitaram transformar as suas aulas em debates.

- O próprio Director da Faculdade de Letras prof. Costa Pinto, quando da sua retomada das suas funções, e ao ser-lhe pedida a concessão do Teatro da Faculdade para a realização de uma Assembleia Permanente declarou não pretender retirar aos estudantes nenhuma das regalias anteriormente concedidas, vindo mais tarde a reconhecer a correcção e o civismo de que estava sendo objecto por parte dos estudantes.

Por tudo isto nos parece que é momento de se criarem condições que permitam o regresso à normalidade da vida universitária. Essas condições são:

- Cancelamento de todos os processos criminais, e disciplinares nomeadamente o processo ao Presidente da A.A.C. e aos colegas que se encontram detidos pela P. J. ou em liberdade sob fiança.

- Retirada da polícia da Universidade.

- Garantia inculpação de que, sob estes incidentes, não haverá qualquer

--criação de condições para prestação de exames em termos de não prejudicar qualquer aluno, nomeadamente a concessão duma época plena em Outubro.

Nesse sentido, apoiamos a diligência que a Direcção-Geral da A.A.C. está encetando junto do Presidente do Conselho, esperando que "a serena linha de apaziguamento" reflectida na Nota Ministerial seja mais do que mero expediente demagógico ao serviço do desvirtuamento do significado real da crise universitária.

A recusa desta diligência e a concretização das ameaças do Sr. Ministro da Educação Nacional representarão para o Governo A PASSAGEM DE CILA A CARIBDES.

E o Governo sabe-o melhor do que nós :

CARIBDES É O VÓRTICE ONDE OS MELHORES TIMONEIROS SOÇOBRAM !..

(... especialmente, em anos de primaveras pouco tranquilas e de ameaça de tempestades outonais ...)

A ASSEMBLEIA PLENÁRIA DOS ESTUDANTES DE LETRAS